

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.

NA QUALIDADE DE VENDEDORA

E

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ÍNDICE

CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	4
CLÁUSULA 2 - OBJETO	12
CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA	13
CLÁUSULA 4 - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA	14
CLÁUSULA 5 – PREÇO DO GÁS	15
CLÁUSULA 6 – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA	19
CLÁUSULA 7 – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DO GÁS PELA COMPRADORA	21
CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO	22
CLÁUSULA 9 – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	24
CLÁUSULA 10 – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO DO GÁS	25
CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS	26
CLÁUSULA 12 – PARADAS	28
CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO	29
CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	33
CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	36
CLÁUSULA 16 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ARBITRAGEM	39
CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	42
CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	43
CLÁUSULA 19 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	44
CLÁUSULA 20 – NOVAÇÃO	46
CLÁUSULA 21 – CONDUTA DAS PARTES	46
CLÁUSULA 22 – GARANTIAS	49
CLÁUSULA 24 – PRIVACIDADE DOS DADOS	52
CLÁUSULA 25 – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	52
ANEXO I – LISTA DE PONTOS DE ENTREGA	54

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA
DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM EQUINOR ENERGY DO
BRASIL LTDA. E COMPANHIA DE
GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG**

Pelo presente instrumento,

EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA, nova denominação social da Statoil do Brasil Ltda. (STATOIL), sociedade com sede na Rua do Russel, nº 804, 3º, 6º e 8º andares, salas 301, 302, 303, 601, 801, 802, Glória, CEP: 22210-010, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.580.657/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de vendedora, doravante denominada “VENDEDORA”; e

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Barbacena, 1200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, na cidade de Belo Horizonte, estado Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES”.

CONSIDERANDO QUE:

- i. conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº. 5, de 15 de agosto de 1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da LEI;
- ii. conforme Contrato de Concessão firmado em 27/07/1995, a COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais (“**CONTRATO DE CONCESSÃO**”);
- iii. a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de **GÁS NATURAL** do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca, por meio da CHAMADA PÚBLICA, contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- iv. a VENDEDORA deseja vender e disponibilizar à COMPRADORA gás natural nos PONTOS DE ENTREGA, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido GÁS da VENDEDORA, na MODALIDADE FIRME e outras modalidades, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- v. a VENDEDORA é concessionária autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis – ANP para a exploração e produção de petróleo e **GÁS NATURAL**, bem como é agente autorizado para o exercício da atividade de comercialização e carregamento de **GÁS NATURAL** perante a ANP; e

- vi. a COMPRADORA realizou a 3ª Chamada Pública 2023 visando a compra de GÁS NATURAL, à qual a VENDEDORA apresentou proposta de fornecimento, nos termos que agora se firma;
- vii. a VENDEDORA se sagrou uma das vencedoras da CHAMADA PÚBLICA, de acordo com os termos do Regulamento para Contratação de Empresas Ofertantes de Suprimento de Gás para a GASMIG;
- viii. as regras acordadas pelas PARTES neste CONTRATO foram estabelecidas com base nas condições econômicas atuais do mercado de gás natural.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente contrato de compra e venda de **GÁS NATURAL**, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas e/ou VERSALETE (CAIXA ALTA) neste CONTRATO terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

AJUSTE: significa a operação destinada a fazer com que um instrumento de medição tenha as indicações corrigidas com base no resultado de uma CALIBRAÇÃO.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA DO INÍCIO de FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO em questão, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano; e
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO;

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997, ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.2.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.2.4.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da

ARBITRAGEM, nos termos do item 16.2.4.

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado se manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL – significa qualquer órgão, agência ou pessoa jurídica de direito público brasileira na esfera federal, estadual, municipal, ou distrital, seja da administração pública direta ou indireta, incluindo a ANP, e que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO. Para dirimir quaisquer dúvidas, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras não é considerada Autoridade Governamental.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa Câmara de Comércio Internacional - CCI, responsável pela condução da ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA 16 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ARBITRAGEM.

CARREGADORA: pessoa jurídica que tenha celebrado, com o TRANSPORTADOR, contratos de transporte de entrada e/ou saída, seja extraordinário ou interruptível.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na Cláusula 15.

CHAMADA PÚBLICA: significa o processo de chamada pública No. 03/2023, no qual a COMPRADORA solicita que as empresas habilitadas apresentem propostas para suprimento de gás para a COMPRADORA.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONDIÇÕES SUSPENSIVAS: são as condições a serem satisfeitas antes do INÍCIO DE FORNECIMENTO, quais sejam:

- (a) eficácia dos CONTRATOS DE TRANSPORTE de entrada e saída com o TRANSPORTADOR e/ou detentoras da capacidade de transporte de gás para permitir a entrega do GÁS no PONTO DE ENTREGA até 31 de janeiro de 2024;
- (b) Obtenção por cada PARTE de todas as aprovações corporativas necessárias;
- (c) Aprovação pela VENDEDORA do questionário de Integrity Due Diligence da COMPRADORA;
- (d) Aprovação do contrato pela Agência Reguladora Estadual (quando aplicável).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATO(S) DE TRANSPORTE: significa(m) o(s) contrato(s) de prestação de serviço de transporte para entrada e/ou saída a serem celebrados pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso, com a TRANSPORTADORA, necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO nos PONTOS DE ENTREGA.

CONTRATO(S) UPSTREAM: significam (i) os contratos que permitem à VENDEDORA acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pela VENDEDORA oriunda da exploração do Campo de Roncador ou (ii) os contratos entre VENDEDORA e a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS que permitam à VENDEDORA receber o GÁS em condições comercializáveis à COMPRADORA.

CRIANÇA: significa qualquer pessoa abaixo de 15 (quinze) anos de idade ou a idade mínima legalmente prescrita para o emprego ou a idade para conclusão da educação obrigatória de acordo com as LEIS, o que for maior.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília / DF.

DIA ÚTIL: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da VENDEDORA e da COMPRADORA, ou seja, no Rio de Janeiro/RJ e em Belo Horizonte/MG.

DIREITOS HUMANOS: significa todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo aqueles listados na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), na Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) e na Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) coletivamente, a Carta Internacional dos Direitos Humanos), a Declaração da Organização Mundial do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT): corresponde aos custos, despesas, penalidades ou taxas incorridos pela VENDEDORA, em razão da contratação do transporte, não incluídos nos itens de faturamento regular do GÁS, no PG ou na Parcela de Transporte Básica (PTB).

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.9.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.

ESCRavidÃO MODERNA: trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.

FALHA NO FORNECIMENTO OU FALHA DE FORNECIMENTO: situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, de qualquer dos seguintes fatos:

(a) falta de disponibilidade de GÁS em quaisquer dos PONTOS DE ENTREGA abaixo do compromisso de fornecimento da VENDEDORA; e

(b) cumulativamente, recusa e não recebimento pela COMPRADORA de GÁS em desconformidade com as especificações contidas na CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS.

Não se configurará uma FALHA NO FORNECIMENTO (ainda que os eventos descritos nos itens (a) e (b) anteriores se materializem):

(i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(ii) ter a COMPRADORA contribuído diretamente, ou por meio de AFILIADAS ou REPRESENTANTES, para tal ocorrência;

(iii) ter havido prévia concordância da COMPRADORA, após envio de NOTIFICAÇÃO pela VENDEDORA, em receber o GÁS em desconformidade;

(iv) ter a COMPRADORA retirado o Gás em desconformidade, mesmo tendo informado que rejeitaria tal GÁS;

(v) situações de PARADAS; e

(vi) falhas nos CONTRATOS UPSTREAM ou nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, que não sejam imputáveis à VENDEDORA.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do presente CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

GÁS PARA USO NO SISTEMA (GUS): significa a quantidade de GÁS e energia elétrica para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE, consumida em determinadas instalações do TRANSPORTADOR.

GRUPO: significa, em relação a cada uma das PARTES, suas AFILIADAS e seus REPRESENTANTES.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: significa a data definida no item 3.2.

LEI OU LEGISLAÇÃO: significa (i) qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, norma constitucional, lei, medida provisória, código, decreto, regulamento, resolução, portaria, regulação, deliberação administrativa), federal, estadual, distrital ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor durante a vigência deste CONTRATO, incluindo, aquele emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida; (ii) decisão judicial aplicável às PARTES ou que tenha efeito *erga omnes*; e (iii) outras exigências ou restrições emanadas de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, que afetem diretamente o cumprimento, por

qualquer uma das PARTES, das disposições previstas neste CONTRATO.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam coletivamente, leis anticorrupção aplicáveis às PARTES e a este CONTRATO, incluindo a Lei 12.846/13, o Código Penal Brasileiro, o *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 e o *United Kingdom Bribery Act* de 2010.

LEIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: significa a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 ou “LGPD”) e outros diplomas legais atuais e/ou que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados pessoais, incluindo diretrizes e regulamentos emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Leis de Controle de Exportações: significa quaisquer LEIS, ordens, diretivas, licenças ou medidas restritivas relativas a controle de importações e exportações, e anti-boicote impostas pela República Federativa do Brasil, pelos Estados Unidos da América, ou qualquer país com jurisdição sobre as atividades previstas neste CONTRATO.

Lista de Sanções: significa qualquer lista de indivíduos, grupos, sociedades empresárias, navios, aeronaves, organizações ou outras entidades adotada, mantida ou implementada por qualquer LEI de SANÇÕES ou LEI DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES (incluindo, sem limitações, a Lista de Pessoas Especialmente Designadas e de Pessoas Bloqueadas dos Estados Unidos da América, a lista consolidada de Pessoas Restritas da União Europeia, bem como qualquer lista de pessoas exarada por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas).

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME: significa a modalidade de fornecimento de GÁS, conforme detalhado neste CONTRATO, no qual a VENDEDORA se obriga a fornecer a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA definida pela COMPRADORA, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, na forma do item 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO: É o instrumento, celebrado conforme Cláusula 2.2.1., que define as condições complementares a este CONTRATO e que, em conjunto com o presente CONTRATO, estabelece compromisso vinculante entre as PARTES com relação ao fornecimento da QDCA e da QDCI. O modelo da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO está contido no ANEXO II.

PARADAS: significa o período de tempo, NOTIFICADO e estipulado nos termos da Cláusula 12, que poderá ocorrer nas modalidades: PARADAS EMERGENCIAIS e/ou PARADAS PROGRAMADAS.

PARADA EMERGENCIAL: significa o período de tempo durante o qual haverá restrição, total ou parcial, de fornecimento de Gás, pela VENDEDORA, nos termos dos Itens 12.3.

PARADA PROGRAMADA: significa o período de tempo durante o qual haverá restrição, total ou parcial, de fornecimento de Gás, pela VENDEDORA, nos termos dos Itens 12.2.

PARCELA DA MOLÉCULA: significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB): tarifa de transporte definida de acordo com a regulação da ANP, expressa em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, referente à contratação com o TRANSPORTADOR para o Gás disponibilizado à COMPRADORA.

PARCELA DO TRANSPORTE: significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente ao transporte do GÁS, que é composta pela PTB e pela EAT.

PARTE(S): significa a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERÍODO DE FATURAMENTO: período de fornecimento compreendido entre o DIA primeiro e último DIA do MÊS calendário.

PERÍODO DE FORNECIMENTO DA QDCA: significa o período definido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, compreendido entre o início e o término dos DIAS estabelecidos para o fornecimento da QDCA.

PERÍODO DE FORNECIMENTO DA QDCI: significa o período definido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, compreendido entre o início e o término dos DIAS estabelecidos para o fornecimento da QDCI.

PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL: significa todas as formas de escravidão, servidão por dívida, tráfico ou trabalho forçado, ou recrutamento ou uso de crianças para (i) exploração sexual (incluindo prostituição ou produção de pornografia); (ii) fins de segurança ou militares; (iii) tráfico de drogas ou outras atividades ilícitas; ou (iv) qualquer outra forma de trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das Crianças.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO de GÁS);

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA. Para conversão de unidades, será considerado 1 cal igual a 4,1855 J.

PONTO(S) DE ENTREGA: consistem nos locais onde o GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA para a COMPRADORA nas condições contratuais, incluindo o SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade do TRANSPORTADOR, conforme indicado no Anexo I.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA 5 – PREÇO DO GÁS.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em metros cúbicos nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA ADICIONAL (QDCA): significa a QUANTIDADE DE GÁS, em base diária, superior à Quantidade Diária Contratada (QDC), que a COMPRADORA poderá solicitar à VENDEDORA nos termos da Cláusula 4.3.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA INFERIOR (QDCI): significa a QUANTIDADE DE GÁS, em base diária, inferior à Quantidade Diária Contratada (QDC) nos termos da Cláusula 4.4.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, nos PONTOS DE ENTREGA.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a Quantidade de Gás, Arredondada na quarta casa decimal, alocada pelo TRANSPORTADOR à COMPRADORA, em cada Ponto de entrega em determinado Dia. .

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3.

Quantidade Medida (QM): significa o volume de GÁS, expresso em Metros Cúbicos, apurado em determinado período no Sistema de Medição de cada Ponto de entrega.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada DIA para fins do compromisso de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA.

REPRESENTANTES: significam os diretores, administradores, funcionários, empregados, consultores, representantes e agentes de cada uma das PARTES.

RETIRADA MÍNIMA (RM): significa o valor do compromisso mínimo de retirada do Gás da COMPRADORA.

SANÇÕES: significa qualquer LEI, ordem, diretiva, licença, decisão ou medida restritiva adotada, mantida ou implementada pela República Federativa do Brasil, pelas Nações Unidas, pela União Europeia, pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos da América que intencionem a proibir ou restringir negócios com certos países, territórios, governos, indivíduos, grupos, sociedades

empresárias, navios, aeronaves, organizações ou outras entidades.

SENTENÇA ARBITRAL: significa a decisão definitiva a ser apresentada pelo TRIBUNAL ARBITRAL às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, situados em cada PONTO DE ENTREGA.

SISTEMA DE TRANSPORTE: significa o sistema formado por gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação da ANP.

TRANSPORTADOR: significa a empresa detentora de SISTEMA DE TRANSPORTE interconectado ao PONTO DE ENTREGA da COMPRADORA, conforme Lei Nº 14.134/2021.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias, nos termos da Cláusula 16.2.2.

TRIBUTOS: significam todos os tributos federais, estaduais e municipais definidos em LEI.

USUÁRIO CATIVO: significa os clientes da COMPRADORA, consumidores do GÁS adquirido da VENDEDORA.

USUÁRIO LIVRE: significa o consumidor de GÁS que, nos termos da legislação estadual aplicável tem a opção de adquirir o GÁS diretamente de qualquer agente produtor, importador ou comercializador.

1.2. Interpretação:

As seguintes regras de interpretação deverão ser aplicadas a este CONTRATO:

- (a) as definições contidas neste CONTRATO serão aplicadas tanto no singular quanto no plural e o gênero feminino incluirá o masculino e vice-versa, sem alteração de significado, a menos que o contexto requeira o contrário;
- (b) os títulos das cláusulas e Anexos foram incluídos por mera conveniência, não afetando a interpretação deste CONTRATO;
- (c) salvo se de outra forma estiver expressamente estabelecido neste CONTRATO, as referências a cláusulas, itens ou Anexos aplicam-se a cláusulas, itens e Anexos deste CONTRATO;
- (d) os Anexos são incorporados a este CONTRATO, devendo ser considerados parte integrante deste CONTRATO, como se aqui transcritos. No caso de conflito entre as disposições deste CONTRATO e de quaisquer de seus Anexos, as disposições deste CONTRATO prevalecerão;
- (e) as referências a este CONTRATO, ou a qualquer outro documento, deverão ser interpretadas como referência a este CONTRATO ou a este outro documento, conforme aditado, alterado, consolidado, complementado ou substituído, conforme acordado por escrito pelas PARTES;

- (f) as referências à LEI serão interpretadas como referências à LEI, conforme alterada ou conforme a interpretação ou aplicação dela seja modificada de tempos em tempos;
- (g) Qualquer referência à hora neste CONTRATO será considerada como uma referência à hora oficial de Brasília-DF em vigor;
- (h) as palavras “incluir”, “inclui” e “incluindo” serão consideradas como seguidas pela expressão “sem limitação”;
- (i) Sempre que este CONTRATO exigir o consentimento, aprovação ou acordo, é reconhecido que tal obrigação incluirá a obrigação de tal PARTE de não atrasar de forma injustificada a resposta a tal consentimento, aprovação ou acordo;
- (j) Qualquer referência neste CONTRATO a qualquer pessoa deverá incluir os sucessores e cessionários de tal pessoa.
- (k) A não ser onde expressamente previsto neste CONTRATO:
 - i. todos os cálculos serão ARREDONDADOS em 4 (quatro) casas decimais;
 - ii. todos os prazos aqui estipulados ou daqui decorrentes deverão ser calculados na forma estabelecida pelo art. 132 do Código Civil, isto é, excluindo-se o DIA do começo e incluindo-se o DIA do vencimento, prorrogando-se qualquer prazo que se encerre em um DIA que não seja DIA ÚTIL para o DIA ÚTIL imediatamente subsequente, exceto quando se tratar de obrigação operacional a ser cumprida em qualquer DIA;
 - iii. quaisquer QUANTIDADES DE GÁS aqui expressas em metros cúbicos refletem QUANTIDADES DE GÁS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
- (l) Nenhuma interpretação sobre qualquer disposição deste CONTRATO será aplicada em desfavor de uma PARTE sob a alegação de que essa PARTE a elaborou e/ou apresentou.

CLÁUSULA 2 – OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e disponibilização, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, na MODALIDADE FIRME, a ser disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

2.2. O objeto deste CONTRATO abrange, ainda, o estabelecimento das condições gerais para a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, da QDCA e da QDCI, em bases flexíveis, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO e na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO. Para que não restem dúvidas, as PARTES somente estarão vinculadas com relação à QDCA e à QDCI através do aceite da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, nos termos da Cláusula 2.2.1. abaixo, onde estarão definidas as condições comerciais e de fornecimento complementares a este CONTRATO, que será enviada via correio eletrônico.

2.2.1. Para fins deste CONTRATO, as NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO serão

consideradas celebradas e vincularão as PARTES mediante, envio, pela COMPRADORA à VENDEDORA, da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO preenchida e anexada a e-mail contendo a solicitação expressa do aceite da VENDEDORA dos termos lá contidos e (ii) a aceitação expressa por e-mail, pela VENDEDORA, dos termos da respectiva NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO enviada pela COMPRADORA. Para fins desta cláusula, as comunicações via e-mail a respeito das NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO deverão ser realizadas na forma da Cláusula 18 e através dos endereços eletrônicos nela especificados.

2.2.2. As NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO definirão as condições comerciais e de fornecimento complementares a este CONTRATO referentes a cada QDCA e QDCI, conforme o caso. Para que não restem dúvidas, em caso de quaisquer sobreposições ou disposições conflitantes entre a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO e este CONTRATO, prevalecerá o disposto na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

2.3. As PARTES acordam que a VENDEDORA será responsável pela contratação da entrada e da saída no SISTEMA DE TRANSPORTE do TRANSPORTADOR para viabilizar a disponibilização do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA. Não obstante o disposto neste item 2.3, as PARTES poderão, a qualquer momento, acordar ajustes à modalidade de contratação de transporte, de modo que (i) a VENDEDORA passe a contratar junto ao TRANSPORTADOR apenas os serviços de transporte na modalidade de entrada; e (ii) a COMPRADORA passe a contratar diretamente junto ao TRANSPORTADOR os serviços de transporte na modalidade de saída.

CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá em 31 de dezembro de 2028, observado o disposto no item 3.4. abaixo.

3.2. O INÍCIO DE FORNECIMENTO, salvo renegociação entre as PARTES, ocorrerá na data em que ocorrer o último dos seguintes eventos: (i) dia 01 de janeiro de 2024; ou (ii) a data em que as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS forem integralmente cumpridas ou renunciadas, conforme o caso. Caso as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS não sejam cumpridas até 31 de janeiro de 2024, o CONTRATO será considerado automaticamente extinto sem quaisquer obrigações adicionais para qualquer uma das PARTES.

3.3. Caso qualquer das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS não tenha sido satisfeita até 22 de dezembro de 2023, as PARTES reunir-se-ão a fim de discutir de boa-fé um adiamento do INÍCIO DE FORNECIMENTO. Caso não cheguem a um acordo a respeito de tal adiamento, qualquer das PARTES poderá rescindir o CONTRATO, com efeitos imediatos, mediante NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, devendo cada uma das PARTES arcar com seus próprios custos.

3.4. As PARTES deverão praticar de boa-fé todos os atos necessários para que tais CONDIÇÕES SUSPENSIVAS sejam satisfeitas, devendo mater a outra PARTE informada das medidas tomadas e sobre os prazos de conclusão esperados.

3.5. Após o término do prazo de vigência do CONTRATO, independentemente da causa, permanecerão válidas as regras relativas a incidências tributárias, sigilo e confidencialidade, conduta das partes, proteção de dados, limitação de responsabilidades, solução de

controvérsias, bem como das que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

CLÁUSULA 4 - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC),) será determinada de acordo com a tabela abaixo:

Período do Contrato	QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) (m³/dia)
01/01/2024 a 31/12/2024	100.000 (cem mil METROS CÚBICOS por dia)
01/01/2025 a 31/12/2025	150.000 (cento e cinquenta mil METROS CÚBICOS por dia)
01/01/2026 a 31/12/2028	100.000 (cem mil METROS CÚBICOS por dia)

4.2. Não obstante o disposto na Cláusula 4.1, a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, incrementar, anualmente, a QDC em até 50.000 (cinquenta mil) METROS CÚBICOS por DIA, devendo neste caso enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA confirmando a alteração até a data limite de 30/07 do Ano anterior ao Ano em que o incremento irá ocorrer.

4.3. Não obstante o disposto na Cláusula 4.1, a COMPRADORA poderá solicitar QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA ADICIONAL (QDCA) por um PERÍODO DE FORNECIMENTO DA QDCA e pelo preço negociado entre as PARTES e acordado por meio da respectiva NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO referente a cada pedido de QDCA, ficando a critério da VENDEDORA aceitar ou não tal solicitação.

4.4 Não obstante o disposto na Cláusula 4.1, a COMPRADORA poderá solicitar QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA INFERIOR (QDCI) por um PERÍODO DE FORNECIMENTO DA QDCI e preço negociado entre as PARTES e acordado por meio da respectiva NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO referente a cada pedido de QDCI, ficando a critério da VENDEDORA aceitar ou não tal solicitação. Em caso de aceite da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO pela VENDEDORA, o volume correspondente à diferença entre a QDC e a QDCI ("QDC_I") será descontado do COMPROMISSO DE RETIRADA da COMPRADORA e do COMPROMISSO DE ENTREGA da VENDEDORA durante o PERÍODO DE FORNECIMENTO DA QDCI.

4.5 Caso um ou mais usuários da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA ou por empresa Afiliada da VENDEDORA, deixando assim de consumir o

GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA por meio do presente CONTRATO, a QDC poderá ser reduzida pela quantidade de GÁS que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de CONSUMIDOR LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, mediante a solicitação da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual.

4.5.1 As PARTES se comprometem a celebrar aditivo(s) contratual(is) para registrar a(s) redução(ões) da QDC, nos termos deste item, no prazo de até 120 Dias a contar do recebimento pela VENDEDORA da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA neste sentido. Caso a COMPRADORA não envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA dentro do prazo de 60 (sessenta) Dias, solicitando a redução da QDC nos termos do item 4.5, permanecerá válida a QDC pactuada neste CONTRATO.

4.5.2 No caso de um ou mais usuários da COMPRADORA optar(em) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por outro supridor, deixando assim de adquirir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QDC deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação às quantidades diárias contratuais de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com a VENDEDORA e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA à VENDEDORA da migração do usuário final para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e a celebração de aditivo(s) contratual(is). As PARTES se comprometem a celebrar aditivo(s) contratual(is) para registrar a(s) redução(ões) da QDC, nos termos deste item, no prazo de até 120 Dias a contar do recebimento pela VENDEDORA da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA neste sentido. Caso a COMPRADORA não envie Notificação à VENDEDORA dentro do prazo de 60 (sessenta) Dias, solicitando a redução da QDC nos termos deste item 4.5.2, permanecerá válida a QDC pactuada neste CONTRATO.

CLÁUSULA 5 – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG) retirado até o limite da QDC, válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.2., com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 5.3, e será calculado mensalmente, conforme fórmula abaixo:

$$PG = PT + PM$$

PG	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), calculada conforme o item 5.2, expressa em R\$/m ³ , composta pela ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) e pela PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), calculada conforme fórmulas indicadas no item 5.3, conforme o caso, expressa em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
----	--

5.2. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos referentes aos serviços de transporte de entrada e saída pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR que opera o SISTEMA DE TRANSPORTE dutoviário de GÁS, contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO. Neste sentido, a VENDEDORA irá cobrar da COMPRADORA, e a COMPRADORA pagará à VENDEDORA, todos os custos e valores cobrados no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE celebrados pela VENDEDORA para atendimento a este CONTRATO na medida em que receber tais informações do TRANSPORTADOR.

5.2.1. A PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), expressa em R\$/m³, relativa à QDR, referente à contratação de entrada pela VENDEDORA, até o final da vigência do CONTRATO, e saída nos PONTOS DE ENTREGA, até a contratação da saída pela COMPRADORA junto ao TRANSPORTADOR, definidos neste CONTRATO, conforme aplicável, será repassada para a COMPRADORA no valor da tarifa definida de acordo com a regulação da ANP aplicável e resultado da chamada pública ou contrato extraordinário, sendo composta das diferentes tarifas e encargos individuais (ex: entrada, saída, estoque de referência, etc.) que compõem a tarifa total.

5.2.2. A COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como a componente de ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) da PARCELA DE TRANSPORTE, todos os custos e despesas (incluindo encargos e penalidades) incorridos pela VENDEDORA na contratação da capacidade de transporte de entrada e saída para atendimento do CONTRATO, incluindo, dentre outros que possam ser aplicáveis sob o CONTRATO DE TRANSPORTE, os seguintes valores: (i) encargo de serviço excedente autorizado; (ii) encargo de serviço excedente não autorizado; (iii) encargo de capacidade de transporte não utilizada; (iv) encargo de GUS ; (v) encargos de custos fixos de compra e venda; (vi) encargo de congestionamento; (vii) custo de aquisição de gás para fins de balanceamento; (viii) penalidades de variação de programação diária; (ix) penalidade por desequilíbrio e (x) penalidade por quantidades excedentes não autorizadas.

5.2.2.1. Não obstante o disposto na Cláusula 5.2. acima, as PARTES acordam que os itens (vii), (viii) e (x) serão apurados e cobrados pela VENDEDORA seguindo as seguintes metodologias, alinhadas com as constantes do CONTRATO DE TRANSPORTE:

- a) Com relação ao item (vii), caso a VENDEDORA, incorra em custo de aquisição de gás para fins de balanceamento, o mesmo será repassado à COMPRADORA no mesmo valor cobrado pelo TRANSPORTADOR da VENDEDORA nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.
- b) Com relação ao item (viii), para apuração da penalidade de variação de programação diária, a mesma será apurada de acordo com a performance nos PONTOS DE ENTREGA, e será utilizada a mesma métrica adotada pelo TRANSPORTADOR no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, com apuração diária, conforme abaixo:
Penalidade de Variação de Programação Diária = $M \times TCS \times Vv$, com:
M = multiplicador adotado pelo TRANSPORTADOR nos CONTRATOS DE TRANSPORTE para cálculo da penalidade de variação de programação diária
TCS = Tarifa De Capacidade De Saída
Vv = Volume de Variação, em MMBTU, apurado nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, atualmente como: $Vv = - \min(0; ((QDP \times \text{FATOR DE TOLERÂNCIA}) -$

|(QDP-QDR)))

FATOR DE TOLERÂNCIA = Tolerância de variação diária, em %, estabelecido nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

- c) Com relação ao item (x), para apuração da penalidade por quantidades excedentes não autorizadas, será utilizada a mesma métrica adotada pelo TRANSPORTADOR, com apuração diária.

5.2.2.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.2., as PARTES acordam que qualquer alteração nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, celebrados para atendimento deste CONTRATO, que impactem a PARCELA DE TRANSPORTE, deverão ser automaticamente aplicadas a este CONTRATO, sem a necessidade de celebração de um aditivo pelas PARTES, bastando, para tanto, que a VENDEDORA apresente à COMPRADORA a nova versão dos respectivos CONTRATOS DE TRANSPORTE ou outro documento disponibilizado pelo TRANSPORTADOR para este fim.

5.2.2.2. A COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como componente de ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) da PARCELA DE TRANSPORTE, o valor correspondente ao repasse da totalidade de eventuais cobranças de encargos adicionais, taxas e/ou penalidades que venham a ser cobrados da VENDEDORA sob o CONTRATO DE TRANSPORTE em relação ao serviço de transporte de entrada em razão de ações ou omissões da COMPRADORA no âmbito do serviço de saída após a contratação da saída por esta.

5.2.3. A PARCELA DE TRANSPORTE será formalizada para fins deste CONTRATO a partir de NOTIFICAÇÃO enviada pela VENDEDORA à COMPRADORA, indicando a capacidade contratada, o valor resultante de PARCELA DE TRANSPORTE (PT) e suas componentes, bem como sua mecânica de reajuste. Eventuais cobranças referentes à EAT poderão ser feitas, na medida em que forem recebidas do TRANSPORTADOR, por meio de emissão pela VENDEDORA de DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar, na forma do item 13.4.

5.2.4. As PARTES concordam que qualquer mudança no valor de tarifa e encargos de transporte de gás natural, incluindo na PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) ou nos ENCARGOS ADICIONAIS DE TRANSPORTE (EAT), a tal TRANSPORTADOR no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado pela VENDEDORA deverá ser refletida no presente CONTRATO, notadamente no item 5.1.

5.2.5. A VENDEDORA excluirá do PREÇO DO GÁS a PARCELA DE TRANSPORTE referente: (i) à FALHA DE FORNECIMENTO; e (ii) à contratação dos serviços de transporte de saída a partir da data da eficácia do novo CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR para atendimento deste CONTRATO, desde que cumpridas todas as exigências para rescisão, total ou parcial, do CONTRATO DE TRANSPORTE da VENDEDORA e ressalvado o disposto no item 5.2.2.1.

5.2.5.1. A COMPRADORA terá o direito de contratar, a qualquer tempo, o serviço de saída para o transporte diretamente com o TRANSPORTADOR para atendimento deste CONTRATO, ficando a VENDEDORA, nesta hipótese, obrigada a excluir do PREÇO DO GÁS a PARCELA DE TRANSPORTE (PT) de saída, desde que a VENDEDORA consiga realizar a descontração ou cessão do CONTRATO DE TRANSPORTE relativo à saída, sendo certo que tal descontração ou cessão não deve gerar, em qualquer hipótese, nenhum custo, encargo ou despesa adicional para a VENDEDORA.

5.2.5.2. A COMPRADORA concorda que, caso o TRANSPORTADOR restrinja e/ou interrompa o fluxo de GÁS em qualquer local da rede de transporte incluindo os pontos de entrada e saída, conforme lhe é assegurado no CONTRATO DE TRANSPORTE, e desde que a restrição e/ou interrupção não seja causada por fato imputável à VENDEDORA, tal evento não será considerado como FALHA DE FORNECIMENTO.

5.2.6. A COMPRADORA deverá cooperar com a VENDEDORA para a comprovação da responsabilidade perante outro CARREGADOR ou o TRANSPORTADOR, incluindo disponibilizando declaração de programação de volume transportado.

5.2.7. As PARTES desde já concordam que os parâmetros indicados pela VENDEDORA nas NOTIFICAÇÕES à COMPRADORA, relativas à formação do PREÇO DO GÁS, item 5.1. e seguintes, serão automaticamente aplicados a este CONTRATO, sem a necessidade de aditivo contratual, desde que tais NOTIFICAÇÕES sejam entregues à COMPRADORA com 15 (quinze) dias de antecedência ao início da vigência dos novos preços e observado o item 13.4.1.

5.3.A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) será aplicável conforme os subitens a seguir:

5.3.1 A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

No período de 01/01/2024 a 31/12/2025, a *PM* é igual a:

$$PM = 10,9\% * Brent * TC$$

e

No período de 01/01/2026 a 31/12/2028, a *PM* é igual a:

$$PM = [(80\% * (10,9\% * Brent) + 20\% * (115\% * HH + 4)] * TC$$

PM	É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA (PM), calculada mensalmente, expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. A PM aplicável para cada QDCA será a negociada por meio da respectiva NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.
Brent	Significa a média das cotações diárias do Brent ICE (Intercontinental Exchange) Report Center (na linha B-Brent Crude Future, na rubrica Settle Price para o primeiro mês disponível do calendário civil de cada reporte diário) de Londres, em US\$/bbl, referente ao mês em que houve a entrega do GÁS, com arredondamento na quarta casa decimal.
TC	Significa a média das taxas de câmbio comercial diárias de venda do dólar norte-americano PTAX-800, publicadas no Sistema do Banco Central do Brasil (SISBACEN), com quatro casas decimais, relativas ao mês em que houve a entrega do GÁS.
HH	Significa a média das cotações diárias do Henry Hub Spot (EIA), em US\$/MMBtu, referente ao mês em que houve a entrega do GÁS, com arredondamento na quarta casa decimal

5.4. Observada a Cláusula 8.1.2.1., os volumes de GÁS alocados e retirados em determinado Dia acima da soma do volume da QDC e de eventual QDCA, caso exista NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO celebrada e válida para tal Dia, nos termos da Cláusula 4.3., serão comercializados com um preço diferenciado, sendo aplicado o valor de 1,3*PM, acrescido da PARCELA DE TRANSPORTE, sobre esses volumes.

5.5. O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer TRIBUTOS, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento. TRIBUTOS significam todos os tributos federais, estaduais e municipais previstos em LEI, incidentes sobre a comercialização do Gás e demais cobranças objeto deste CONTRATO, incluindo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) incluindo eventuais adicionais aplicáveis como FECPE e FOT (Fundo Orçamentário Temporário), a contribuição para o PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), bem como possíveis substitutos ou novos instituídos. Quando aplicável, os tributos englobam os juros e multas a eles associados.

5.5.1. Não se entende como TRIBUTOS devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, quais sejam: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento e outros tributos substitutos ou novos que venham a ser instituídos.

5.6. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.7. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) será informada pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS anterior ao de aplicação do reajuste, discriminando (i) a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) aplicável para o período de faturamento em questão; (ii) a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) praticada nos 3 (três) MESES anteriores; (iii) a variação do preço do gás em R\$/m³ e em pontos percentuais.

5.8. Na hipótese de os órgãos responsáveis deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

CLÁUSULA 6 – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA

6.1.1. Observado o disposto no item 6.3, ressalvadas as situações de PARADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, durante toda a vigência do CONTRATO a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) aceitar, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para cada PONTO DE ENTREGA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para cada PONTO DE ENTREGA, observado o disposto sobre a programação do GÁS na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO; e (ii) disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada MÊS, uma QUANTIDADE DE GÁS igual a pelo menos 100% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), de acordo com as condições de qualidade estabelecidas no item 11.1.

6.1.2. Os seguintes casos são exceções ao compromisso de fornecimento da VENDEDORA: (a) evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; (b) situações de PARADAS; ou (c) não fornecimento de GÁS devida a caso imputável à COMPRADORA ou suas Afiliadas.

6.1.2.1. Caso a COMPRADORA (i) tenha aceito o GÁS fora de especificação na forma da QUALIDADE DO GÁS ou (ii) o retire mesmo tendo informado que o rejeitaria, não será configurada FALHA NO FORNECIMENTO.

6.1.3. Caso a VENDEDORA não disponibilize a QUANTIDADE DE GÁS correspondente às QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) e seja caracterizada FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA a penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO prevista no item 6.2.

6.2. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO.

6.2.1. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFF=0,3 \times (QF \times PM)$$

PFF:	é o valor da penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO no MÊS em questão devida pela VENDEDORA;
QF:	É a soma das QUANTIDADES FALTANTES nos DIAS do MÊS em questão de todos os PONTOS DE ENTREGA;
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.2. A penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO prevista no item 6.2.1 tem natureza de multa compensatória e consistirá no único remédio a favor da COMPRADORA em caso de Falha de Fornecimento, não podendo ser exigida da VENDEDORA qualquer indenização ou pagamento suplementar, seja a que título for.

6.2.3 Caso a VENDEDORA aceite a solicitação de QDCI enviada pela COMPRADORA por um determinado PERÍODO DE FORNECIMENTO DE QDCI, a diferença entre a QDC e a QDCI será descontada do compromisso de fornecimento da VENDEDORA previsto no item 6.1.1,

6.3. QUANTIDADES FALTANTES

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE

FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = \sum_{j=1}^M (QDP_j - QDR_j - QNP_j - QNFM_j - QDC_I), \text{ onde:}$$

QF _j :	é a Quantidade Faltante de GÁS no Dia “j”.
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j”, em determinado PONTO DE ENTREGA;
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no DIA “j”, em tal PONTO DE ENTREGA.
QNP _j :	é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS da VENDEDORA para o DIA “j”;
QNFM _j :	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA “j”.
QDC-I	É a diferença entre a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA INFERIOR (QDCI) no DIA “j”;
M:	é o número de DIAS do correspondente MÊS

6.4. Penalidade por entrega de GÁS DESCONFORME

Caso em determinado DIA ocorra uma entrega pela VENDEDORA de gás desconforme, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{\text{Gás Desconforme}} = Q_{\text{Gás Desconforme}} \times 5\% \times PG$$

Onde:

P Gás Desconforme	É o valor da penalidade por entrega de Gás fora de especificação do CONTRATO DE TRANSPORTE, conforme item acima
Q Gás Desconforme	É a Quantidade de Gás entregue pela Vendedora fora de especificação nos PONTOS DE ENTREGA;
PG	É o Preço do Gás, vigente no Dia em que ocorreu a entrega de gás desconforme

6.4.1 As PARTES acordam que, após a contratação da saída no SISTEMA DE TRANSPORTE pela COMPRADORA, a penalidade por entrega de GÁS DESCONFORME prevista neste item 6.4 não será mais devida.

CLÁUSULA 7 – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DO GÁS PELA COMPRADORA

7.1. RETIRADA MÍNIMA da QDC (RM)

7.1.1. A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a cada DIA, a adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA (RM), as QUANTIDADES DE GÁS que sejam iguais a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), devendo o cálculo do compromisso de retirada ser apurado mensalmente.

7.1.2. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA (RM), a eventual QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA (QDNR) pela COMPRADORA no correspondente DIA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QDNR_j = \sum_{j=1}^M ((QDC_j) - (QF_j + QNFM_j + QNP_j) - (QDC_{-I}) - QDR_j), \text{ onde:}$$

QDNR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA (QDNR) de GÁS no correspondente DIA “j”, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
QDC _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no DIA “j”;
QDC _{-I}	é a diferença entre a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA e a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA INFERIOR (QDCI) no DIA “j”;
M:	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
QF _j :	é a QUANTIDADE FALTANTE em função de FALHA NO FORNECIMENTO no DIA “j”;
QNFM _j :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no DIA “j”;
QNP _j :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS no DIA “j”;
QDR _j :	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” nos PONTOS DE ENTREGA;
j	é um determinado DIA do correspondente MÊS.

7.1.2.1. Caso, em determinado MÊS, seja identificada a existência de QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA (QDNR), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar o a soma do montante previsto no item 13.2 referente à cada DIA do correspondente MÊS em que foi identificada QDNR, sem prejuízo do pagamento do ENCARGO DE CAPACIDADE e do EAT.

7.1.2.2. Caso a VENDEDORA aceite a solicitação de QDCI enviada pela COMPRADORA por um determinado PERÍODO DE FORNECIMENTO DE QDCI, a diferença entre a QDC e a QDCI será descontada do compromisso de retirada da COMPRADORA previsto no item 7.1.1.

CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e estimativa da QDS para os 2 (dois) MESES subsequentes, por PONTO DE ENTREGA, observando a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA e condições de entrega, incluindo os limites contratuais por PONTO DE ENTREGA.

8.1.1. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2. A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) seja diferente de zero para determinado PONTO DE ENTREGA, esta deverá implicar vazões que respeitem os limites estabelecidos neste CONTRATO;
- (b) que o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (c) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS;
- (d) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

8.1.2.1. Sem prejuízo da possibilidade de negociação de QDCA via NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO para determinado PERÍODO DE FORNECIMENTO, a qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QDS acima da QDC. Em caso de aceite pela VENDEDORA, eventuais encargos adicionais no sistema de transporte serão integralmente repassados à COMPRADORA na componente da ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), sendo certo que tal aceitação não será considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO em caso de recusa. Para fins desta cláusula, caso a VENDEDORA aceite a solicitação de QDS acima da QDC, para determinado Dia, a QDC incluirá tal volume excedente.

8.1.2.2. A COMPRADORA poderá solicitar, até as 11:30h (onze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao fornecimento, mediante NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, a alteração das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) conforme item 8.1, desde que a nova QDS continue se enquadrando no item 8.1.2.

8.1.3. Até as 17:00h (dezessete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; e
- b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO; e
- c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.2. Observados eventuais limites decorrentes de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou PARADAS e o disposto no item 8.1.2.1, caso (i) a solicitação de QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) da COMPRADORA para determinado Dia não se enquadre nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou (ii) a COMPRADORA falhe em submeter NOTIFICAÇÃO de solicitação de QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para determinado Dia na forma e prazo previstos sob o item 8.1.2; será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos

do item 8.1.2 ou, na sua inexistência, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

8.3. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 8.1.3, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) do correspondente Dia, na forma do item 8.1.2, que serão automaticamente convertidas em QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP)

8.4. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado Dia, a VENDEDORA enviará Notificação comunicando o fato à Compradora, sem que tal Notificação descaracterize a Falha no Fornecimento, excetuadas as hipóteses de exceção à FALHA NO FORNECIMENTO previstas no CONTRATO.

8.5. A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) caso: (i) a COMPRADORA envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 12:00 (doze horas) no DIA (intra-diária) do fornecimento solicitando alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para aquele DIA, observadas as condições estabelecidas no item 8.1.2; e (ii) a VENDEDORA aceite tal solicitação como nova QDP observadas as regras estabelecidas caso esta seja superior à QDC. Caso a nova QDS seja inferior ou igual à QDC, a alteração será considerada automaticamente como nova QDP.

8.5.1. A VENDEDORA deverá responder a solicitação até às 17:00 (dezessete horas) do DIA do fornecimento, observadas as regras estabelecidas no item 8.5 e seus subitens.

8.5.2. O aceite da VENDEDORA à solicitação de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) inicial da COMPRADORA, conforme item 8.5, e confirmação desse pedido como nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) levará em consideração as disponibilidades do SISTEMA DE TRANSPORTE e do serviço de processamento para acomodar a potencial QDP. Ressalta-se que o não aceite do pedido de alteração nas hipóteses aqui permitidas da QDP em nenhuma hipótese será considerado como FALHA DE FORNECIMENTO.

8.6. A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.7. Caso haja alteração nas condições estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, as PARTES acordarão mecanismos de nomeação e programação de GÁS que sejam compatíveis com elas, a serem incorporados: por meio de aditivo a este CONTRATO.

CLÁUSULA 9 – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. Cada PONTO DE ENTREGA e suas localizações estão estabelecidas no Anexo I – Lista de PONTOS DE ENTREGA, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.1.1. Os direitos, propriedade e risco de perda do Gás serão transferidos pela VENDEDORA à COMPRADORA no flange imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA.

9.1.2. Considerando o disposto no item 9.1.1, todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do ponto de transferência de propriedade serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante de tal ponto serão de responsabilidade da COMPRADORA. Para dirimir quaisquer dúvidas, caso AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS ou terceiros atribuam à COMPRADORA

responsabilidade por danos ambientais que decorram de eventos localizados a montante do ponto de transferência, a VENDEDORA reembolsará e indenizará a COMPRADORA por todos estes custos, independentemente de culpa e sem limitação de valor. Da mesma forma, caso AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS ou terceiros atribuam à VENDEDORA responsabilidade por danos ambientais que decorram de eventos localizados a jusante do ponto de transferência, a COMPRADORA reembolsará e indenizará a VENDEDORA por todos estes custos, independentemente de culpa e sem limitação de valor.

9.2. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de qualidade estabelecidos na CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.

9.3. Caso a VENDEDORA, ou uma AFILIADA da VENDEDORA, realize venda de Gás Natural a terceiros ou movimente Gás Natural de sua propriedade através de um determinado PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA se compromete, em qualquer hipótese de contingência no fornecimento no PONTO DE ENTREGA, a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória, aplicando-lhe, quando necessário, uma redução no fornecimento de GÁS, ao menos, de forma equitativa com os demais clientes.

9.4. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à medição, alocação e qualidade do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independentemente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação a informações e atividades que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo a VENDEDOR ou a COMPRADORA, conforme parte contratante do CONTRATO DE TRANSPORTE, transmitir tão logo quando possível e o quanto antes, quando aplicáveis, as comunicações do TRANSPORTADOR à outra PARTE.

CLÁUSULA 10 – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO DO GÁS

10.1. Medição do Gás.

10.1.1. Durante o período em que a contratação dos serviços de entrada e saída de transporte for realizada pela VENDEDORA, as PARTES acordam que o GÁS fornecido será medido pela TRANSPORTADORA e informado à VENDEDORA utilizando o SISTEMA DE MEDIÇÃO da TRANSPORTADORA. Após a contratação pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR da saída do transporte, a COMPRADORA enviará diariamente à VENDEDORA, relatório informando o volume de Gás medido na saída do transporte, com a devida comprovação, caso seja solicitado pela VENDEDORA.

10.1.2. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.1.3. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

10.2. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela COMPRADORA em determinado DIA e em determinado PONTO DE ENTREGA, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$QDR = QM$, no PCR deste contrato.
Type equation here.

<i>QDR</i> :	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), em determinado PONTO DE ENTREGA;
<i>QM</i> :	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM) , no PONTO DE ENTREGA em questão;
<i>PCR</i> :	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

10.3. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) será calculada DIARIAMENTE aplicando-se os procedimentos estabelecidos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE. A VENDEDORA deverá garantir que a operação, manutenção, calibração e ajustes dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO ocorram conforme o CONTRATOS DE TRANSPORTE. Em caso de descumprimento pelo transportador do teor dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, a VENDEDORA irá cobrar do TRANSPORTADOR (e caso não o faça, a COMPRADORA pode exigir que a VENDEDORA cobre com base no CONTRATO DE TRANSPORTE de entrada celebrado com o transportador) (i) sua correção conforme termos do CONTRATO DE TRANSPORTE bem como (ii) pleiteará indenização ou compensação, nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE e, caso vença, irá repassar os valores para a COMPRADORA.

10.3.1. Enquanto a VENDEDORA contratar os serviços de transporte de entrada e saída, os dados relativos à medição do GÁS estabelecidos nesta Cláusula serão disponibilizados pela VENDEDORA para a COMPRADORA de forma consistente com a disponibilização de tais dados pela operadora do SISTEMA DE TRANSPORTE, nos termos previstos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, ficando acordado que, na hipótese de indisponibilidade temporária desse sistema, a VENDEDORA deverá enviar um relatório contendo as medições do GÁS efetuadas no referido DIA em que o sistema esteve indisponível.

10.3.2. A partir do momento em que a COMPRADORA contratar a saída junto ao TRANSPORTADOR, a COMPRADORA se compromete a (i) solicitar da TRANSPORTADORA todas as informações relativas à medição do GÁS objeto deste CONTRATO nos PONTOS DE ENTREGA nos termos dos respectivos CONTRATOS DE TRANSPORTE e (ii) enviar à VENDEDORA todas as informações de medições realizadas pelo TRANSPORTADOR do GÁS objeto deste CONTRATO tão logo as receba.

10.4 Havendo necessidade de alteração deste CONTRATO em decorrência de alterações ocorridas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, as PARTES se comprometem a promover tratativas de boa-fé para formalizar aditamento a este CONTRATO a fim de refletir condições atualizadas.

CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA nas malhas de transporte, nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverão apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a complementá-las ou substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos, em caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independentemente de quaisquer obrigações

assumidas pelas PARTES no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo cada PARTE emendar seus melhores esforços para transmitir tão logo quando possível e o quanto antes, quando aplicáveis, as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa.

11.2.1. Cada PARTE se compromete a (i) solicitar da TRANSPORTADORA todas as informações relativas à cromatografia e qualidade do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE; e (ii) enviar à outra todas as informações de cromatografia e qualidade realizadas pelo TRANSPORTADOR quanto ao GÁS objeto deste CONTRATO tão logo as receba, caso estas tenham sido disponibilizadas pelo TRANSPORTADOR.

11.3. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

11.4. A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTREGA, será efetuada de acordo com as regras do CONTRATO DE TRANSPORTE

11.5. Especificações e CALIBRAÇÃO do Cromatógrafo.

11.5.1. A configuração e especificação do cromatógrafo seguirão as disposições contidas no CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.5.2. A CALIBRAÇÃO do cromatógrafo será feita pelo TRANSPORTADOR, em conformidade com o que preconiza o CONTRATO DE TRANSPORTE, sendo facultado a cada PARTE acompanhar os trabalhos desde que não seja negado pelo TRANSPORTADOR.

11.5.2.1. O intervalo entre duas CALIBRAÇÕES sucessivas do cromatógrafo, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, será feito de acordo com o CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.5.2.2. Os procedimentos adotados e os resultados obtidos em cada CALIBRAÇÃO deverão ser devidamente registrados em relatório pelas PARTES.

11.5.2.3. Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.5.2 indiquem que o cromatógrafo não está conforme a norma ISO 6974/2015, cada PARTE deverá utilizar os dados da cromatografia alternativa conforme previsto no CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.5.2.4. Durante a calibração, caso o equipamento esteja conforme a norma ISO 6974/2015 ou norma aplicável que venha a substituí-la, prevalecerá os valores registrados pelo cromatógrafo do TRANSPORTADOR.

11.5.2.5. Cada PARTE poderá, mediante NOTIFICAÇÃO à, requerer que a outra PARTE solicite ao TRANSPORTADOR CALIBRAÇÃO adicional do cromatógrafo, arcando com os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA decorrentes de tal pedido.

- a) Caso contrário, as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.5.2 indiquem que o cromatógrafo esteja não conforme à norma ISO 6974/2015, ou norma aplicável que venha a substituí-la, os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

- b) Caso contrário, as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.5.2 indiquem que o cromatógrafo esteja não conforme à norma ISO 6974/2015, ou norma aplicável que venha a substituí-la, os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

11.5.2.6. Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS para a COMPRADORA, a qualidade do GÁS relativa a esse DIA será determinada de acordo com o CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.6. Em caso de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou totalmente, com as especificações estipuladas no item 11.1. deverão ser observadas as disposições do CONTRATO DE TRANSPORTE pertinente.

CLÁUSULA 12 – PARADAS

12.1. A VENDEDORA poderá interromper ou reduzir o fornecimento de GÁS em decorrência de PARADAS, sem incorrer em qualquer penalidade em decorrência de tal interrupção ou redução.

12.2. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento de Gás, em decorrência de (i) para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, de equipamentos referidos no item 12.2.1 abaixo, ou (ii) paradas nos CONTRATOS UPSTREAM ou nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega do GÁS pela VENDEDORA.

12.2.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades de produção, as plantas de processamento, terminais de regaseificação de GNL, as malhas de gasodutos de escoamento e transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte e entrega (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados ou terceiros).

12.3. Serão consideradas como PARADA EMERGENCIAL, preventiva ou não, a redução ou interrupção do fornecimento de GÁS pela VENDEDORA em decorrência de (i) situações em razão de serviços de manutenção, substituição, reparo ou redução de capacidade de instalações, executados em caráter emergencial, decorrentes de condição operacional não prevista, que afete o fornecimento de GÁS ou coloque em risco a segurança ou a integridade das instalações dos CONTRATOS UPSTREAM, CONTRATOS DE TRANSPORTE e deste CONTRATO, bem como (ii) aquelas demais reduções ou interrupções que não possam ser caracterizadas como PARADAS PROGRAMADAS.

12.4. A VENDEDORA tem direito a efetuar PARADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A duração das PARADAS da VENDEDORA estará limitada ao total de 30 (trinta) dias por ANO.
- (b) A VENDEDORA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, com relação às PARADAS PROGRAMADAS, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência da data de

início da PARADA PROGRAMADA, informando essa data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido, a duração prevista e o PONTO DE ENTREGA afetado.

(c) No caso de PARADAS EMERGENCIAIS, a VENDEDORA NOTIFICARÁ a COMPRADORA em até 7 (sete) DIAS após o seu conhecimento, mesmo que após a sua ocorrência.

(d) Na hipótese de PARADA PROGRAMADA que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar Gás Natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de gás empregado para fins deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes.

12.5. Para as PARADAS, a QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou retirada pela COMPRADORA será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{j=1}^M QDR_j \times PG \text{ onde:}$$

F:	é o valor do faturamento regular, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDR _j :	É, em cada DIA “j” do MÊS, a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) apuradas nos PONTOS DE ENTREGA;
PG:	é o PREÇO DO GÁS aplicável para as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR), constituído pela soma entre (i) a PARCELA DE MOLÉCULA (PM); e a (ii) a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), ambas referentes ao PERÍODO DE FATURAMENTO;
N	significa o número de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO;
j	significa o j-ésimo DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.

13.2. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA (RM), caso seja apurada QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA (QDNR) em determinado MÊS, na forma do item 7.1.2, será o produto da QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA (QMNR) pela PARCELA DE MOLÉCULA referente ao PERÍODO DE FATURAMENTO, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNR \times PM; \text{ onde:}$$

FAT _{RMM}	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA (RM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA.
QDNR	É a QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA (QDNR) no MÊS.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) no último DIA do MÊS.

13.3. Serão cobrados pela VENDEDORA à COMPRADORA a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) e o Encargo Adicional de Transporte (EAT) como componentes da PARCELA DE TRANSPORTE e inseridos no PREÇO DO GÁS, agregando tais valores aos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao fornecimento de GÁS previsto no item 13.1. Eventuais valores informados pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA, posteriormente à emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, serão faturados por meio de emissão de DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar.

13.3.1. No que se refere à cobrança da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) e do Encargo Adicional de Transporte (EAT), a VENDEDORA se compromete a informar à COMPRADORA os seus valores preliminares com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência à emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA. Poderá haver revisão da tarifa de estoque de referência tão logo ela seja disponibilizada pelo TRANSPORTADOR.

13.3.2. A COMPRADORA deverá fazer jus à recuperação e/ou crédito pelo pagamento à VENDEDORA da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) de acordo com situação específica a ser negociada em boa-fé, e caso a VENDEDORA possua tal direito confirmado nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE por decisão arbitral final ou por acordo entre a VENDEDORA e o TRANSPORTADOR.

13.3.3. Quando solicitado por uma PARTE, a outra PARTE informará, mediante NOTIFICAÇÃO acompanhada de declaração neste sentido, sobre direitos à recuperação e/ou créditos decorrentes de decisão arbitral final ou por acordo entre a PARTE e o TRANSPORTADOR.

13.3.4. Quando solicitado por uma PARTE, a outra PARTE informará, mediante NOTIFICAÇÃO acompanhada de declaração, sobre valores de ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), conforme mecânica de faturamento indicada no item 13.4. Para fins de esclarecimento, a VENDEDORA só poderá cobrar valores à COMPRADORA por meio do ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE caso esses efetivamente decorram do suprimento de GÁS para COMPRADORA.

13.3.5. As PARTES concordam que o GÁS PARA USO NO SISTEMA (GUS) integrará, invariavelmente, as cobranças relativas ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), caso este não seja parte da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), conforme regulações existentes ou futuras da ANP.

13.3.6. Caso o GÁS PARA USO NO SISTEMA (GUS) tenha que ser fornecido à malha de transporte pela VENDEDORA em forma de molécula, o mesmo será cobrado da COMPRADORA pelo preço da PARCELA DA MOLÉCULA, definida conforme item 5.1, expressa em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

13.3.7. Caso a VENDEDORA incorra em custos adicionais no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE perante a TRANSPORTADORA ou outro CARREGADOR em decorrência de atos ou omissões da COMPRADORA, tais custos serão informados e repassados à COMPRADORA.

13.3.8. Caso a VENDEDORA incorra em penalidades, custos e despesas adicionais de transporte por comprovado ato culposo ou doloso de gestão sua, esses custos não serão pagos

pela COMPRADORA.

13.3.9. Para fins desta CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO, cada valor final a ser faturado pela VENDEDORA à COMPRADORA deverá ser acrescido dos TRIBUTOS e encargos aplicáveis, com ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.4. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA referente ao respectivo PERÍODO DE FATURAMENTO.

13.5. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram ou em prazo definido em legislação superveniente. Os documentos serão enviados no formato pdf e xml junto com a demonstração da validação dos volumes faturados tanto para a parcela de molécula quanto para a parcela de transporte. Para conferência do transporte, devem ser enviados os documentos emitidos pelo TRANSPORTADOR, assim como quaisquer outras informações necessárias à comprovação dos valores repassados.

13.5.1. Os Documentos de Crédito, quando aplicáveis, deverão ser emitidos pela VENDEDORA no mesmo prazo para emissão do DOCUMENTOS DE COBRANÇA regulares e deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA. As notas de devolução simbólica para ajustes de volume ou preço, verificados pelas partes, das notas fiscais deverão ser emitidos pela COMPRADORA e deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA. Nos casos de ajuste de preço e volume para maior, a VENDEDORA deverá emitir DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar para ajuste de volume ou preço.

13.5.2. A nota fiscal complementar relativa ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE deverá ser apresentada pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 12º (décimo segundo) DIA ÚTIL do MÊS subsequente àquele correspondente ao PERÍODO DE FATURAMENTO, desde que a VENDEDORA seja informada tempestivamente pelo TRANSPORTADOR. As PARTES desde já acordam que, em caso de mudança nos prazos de emissão de documentos de cobrança do sistema de transporte, o prazo aqui definido será proporcional e automaticamente ajustados.

13.6. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos, em moeda corrente do Brasil, até 30 (trinta) DIAS após a apresentação pela VENDEDORA à COMPRADORA dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao fornecimento de Gás. No caso de pagamento pela VENDEDORA à COMPRADORA nos termos da Cláusula 6ª, o respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser quitado em até 30 (trinta) DIAS contados a partir do seu recebimento pela VENDEDORA da COMPRADORA.

13.6.1. Em caso de atraso na apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS ÚTEIS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas

13.6.2. Os valores líquidos e certos devidos de uma PARTE à outra, que tiverem a mesma data de vencimento, serão compensados, sem prejuízo dos correspondentes lançamentos contábeis.

13.7. TRIBUTOS e Encargos.

O recolhimento dos TRIBUTOS e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os TRIBUTOS incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.7.1. Entendem-se como exemplos de tributos devidos em decorrência direta o ICMS, incluindo eventuais adicionais aplicáveis como FECPE e FOT (Fundo Orçamentário Temporário), PIS, COFINS e seus eventuais substitutos em virtude de alterações na legislação tributária vigente.

13.7.2. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos TRIBUTOS, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, nova interpretação da legislação em vigor, ou ainda a extinção de TRIBUTOS existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de TRIBUTOS, ou, forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de TRIBUTOS apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante NOTIFICAÇÃO prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.7.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do TRIBUTO indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal; ou (vi) destinação da venda a segmento de mercado com tributação favorecida, conforme informação da COMPRADORA.

13.7.4. Se a Vendedora for autuada por ter aplicado algum dos tributos incidentes previstos neste CONTRATO em valor inferior ao devido, a Vendedora procederá, de forma diligente, à sua defesa e, não logrando êxito, comunicará à Compradora sobre o resultado do procedimento fiscal e realizará o acerto dos valores do referido tributo, sem penalidades ou encargos, no momento em que efetuar a quitação perante a autoridade fiscal, Caso a penalidade sofrida pela Vendedora seja causada por informação incorreta prestada pela Compradora, as penalidades ou encargos serão repassados para a Compradora.

13.7.5. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao atraso/equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.5.

13.7.6. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.8. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.9. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.9.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, (i) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e (ii) efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e (iii) reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.9.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos na CLÁUSULA 13.

CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

(a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento do valor não controverso, correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO.

(b) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste CONTRATO que inviabilize o cumprimento deste CONTRATO nas bases originalmente acordadas, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente caracterizando tal descumprimento e não sanado no prazo de 30 (trinta) DIAS.

(c) Declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de aut falência, entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer Autoridade Governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente inviabilize a sua continuidade.

(d) perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO;

(e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

(f) Mudança de CONTROLE da COMPRADORA, em desacordo com a CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

(g) caso a COMPRADORA deixe de apresentar, na data e condições previstas na CLÁUSULA 22 – GARANTIAS deste CONTRATO, a GARANTIA ou caso a GARANTIA apresentada pela COMPRADORA se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão da COMPRADORA, e esta, não a substitua após notificada a substituí-la por outra GARANTIA.

(h) violação da CLÁUSULA 21 – CONDOTA DAS PARTES do presente CONTRATO.

(i) A falta de ou atraso para a contratação pela COMPRADORA, junto ao TRANSPORTADOR, do CONTRATO DE TRANSPORTE para o serviço de transporte de saída ou o CONTRATO DE TRANSPORTE ter sido terminado antecipadamente por motivo atribuível à COMPRADORA.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 30 (trinta) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO, desde que não sanados até a data de rescisão informada.

14.3. Sem prejuízo do disposto no item 14.2, enquanto um EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS e sem que seja devida indenização por perdas e danos e sem que qualquer penalidade se aplique à VENDEDORA por tal falta de entrega ou por FALHA NO FORNECIMENTO, excetuando-se aquelas obrigações que sejam devidas antes do EVENTO DE INADIMPLEMENTO. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

14.4. Caso a VENDEDORA suspenda a entrega de GÁS em razão de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA, a COMPRADORA continua obrigada a cumprir com

suas demais obrigações do CONTRATO, incluindo os pagamentos pelo não atendimento ao compromisso de retirada do GÁS.

14.5. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo, exceto em caso do descumprimento do item 14.1(h), quando, além do valor apurado conforme abaixo, a PARTE inadimplente também será responsável pelas perdas e danos suplementares decorrentes de tal descumprimento:

$$VInd = 0,7 \times QDC \times DF \times PM, \text{ onde:}$$

VInd:	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$ por motivo de resolução antecipada do CONTRATO;
QDC:	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO;
DF:	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO;
PM:	Corresponde ao valor da PARCELA DA MOLÉCULA, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, vigentes na data da efetiva resolução do CONTRATO.

14.6 Na hipótese de rescisão antecipada do CONTRATO decorrente de inadimplemento da COMPRADORA ocorrida em 2024, a COMPRADORA, além do pagamento dos valores constantes do item 14.5 acima, se compromete a reembolsar os custos comprovadamente pagos pela VENDEDORA à TRANSPORTADORA em decorrência direta da não utilização da capacidade de transporte contratada no CONTRATO DE TRANSPORTE até o 31 de dezembro de 2024.

14.7 A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.3 e subitens, acrescido dos TRIBUTOS, se aplicável, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago pela PARTE inadimplente em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.8 Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer uma das PARTES:

(a) Pela falta de cumprimento das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, desde que a Parte responsável pelo respectivo cumprimento tenha empregado os esforços e diligências necessários;

(b) na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que tenha sido reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 6 (seis) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO e desde que uma das PARTES tenha sido incapaz de entregar ou retirar (conforme o caso) no mínimo 30% da QDC; ou

(c) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal ou devido a alteração na LEI; ou

(d) caso os CONTRATOS DE TRANSPORTE e/ou CONTRATOS UPSTREAM sejam rescindidos, sem culpa da Parte contratante.

14.6.1. Nos casos (a), (b) e (c) acima, nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.9 A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre incidências tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

14.10 Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, exceto quanto àquelas obrigações já incorridas até a data do evento de inadimplência pela PARTE inadimplente, bem como àquelas que perdurarão após o encerramento do CONTRATO.

14.8.1 Caso a PARTE inadimplente seja a COMPRADORA e esta não tiver efetuado o pagamento nos termos desta Cláusula, a VENDEDORA acionará a GARANTIA outorgada nos termos deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança de eventuais valores remanescentes.

14.9 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

14.10 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1 Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do artigo 393, e seu parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das Partes e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

(a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;

(b) a PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência, nisto se incluindo o fato de não ser decorrente de inadimplemento de qualquer das obrigações da PARTE AFETADA ou suas AFILIADAS nos termos deste CONTRATO, nem de haver a PARTE AFETADA deixado de cumprir uma LEI, nem ainda por negligência, imprudência, imperícia, erro ou omissão da PARTE AFETADA;

(c) a atuação da PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

(d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2 Abrangência.

15.2.1 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos do item 15.1:

(a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.

(b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, e desde que não haja culpa sua, da PARTE AFETADA ou de seus contratados.

(c) Cataclismos, raios, terremotos, maremotos, tornados, tempestades ou inundações que venham a resultar na evacuação das áreas atingidas, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.

(d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.

(e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público.

(f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de transporte dutoviário de gás contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO.

(g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA ou a capacidade de recebimento de GÁS de USUÁRIO(S) da COMPRADORA, evento esse que impeça USUÁRIO(S) de tomar GÁS da COMPRADORA.

(h) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção, processamento, escoamento, terminais, transporte ou distribuição do GÁS pela VENDEDORA, necessário para atendimento deste CONTRATO, incluindo todos aqueles eventos qualificados como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR sob os CONTRATOS DE TRANSPORTE da VENDEDORA para a contratação da entrada, e/ou os CONTRATOS UPSTREAM, e/ou em acordo de venda do GÁS com terceiros.

15.3. Eventos excluídos.

15.3.1. Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

(a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos

empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA E/OU SUAS AFILIADAS.

(b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA E/OU SUAS AFILIADAS.

(c) Qualquer prejuízo accidental, quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados.

(d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Parte Afetada neste Contrato, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

(a) NOTIFICAR a outra PARTE sobre a ocorrência do evento de CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR;

(b) NOTIFICAR, a outra PARTE, no prazo de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, contados da NOTIFICAÇÃO indicada no item 15.4 (a), confirmando a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, e apresentar informações disponíveis em relação à estimativa da duração e do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas pela PARTE AFETADA para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.

(c) Adotar as providências cabíveis para remediar e/ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.

(d) Manter a outra PARTE regularmente informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação conforme o item 15.4(c).

(e) NOTIFICAR a outra PARTE em até 5 (cinco) DIAS da cessação do evento e de suas consequências.

(f) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.

(g) Respalidar todos os fatos e ações em documentação ou registro disponível e complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4(b) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

(h) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes, devendo a VENDEDORA aplicar-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese

de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo de 72 (setenta e duas) horas, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzir-se-ão somente a partir da data de recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.5. Obrigações não afetadas.

15.5.1. Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6. Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

15.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, e havendo instauração de procedimento para solução de controvérsias nos termos da Cláusula Dezesseis, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.9. A alegação de má-fé comprovada, por qualquer das PARTES, da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados nesta cláusula com vistas ao não cumprimento de uma obrigação nos termos deste CONTRATO, dará direito à outra PARTE de promover a rescisão do CONTRATO, arcando a PARTE que der causa à rescisão com as penalidades previstas na CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO deste CONTRATO.

15.10. As PARTES reconhecem e aceitam que este CONTRATO poderá ser rescindido por prévia NOTIFICAÇÃO escrita enviada por uma PARTE à outra, na hipótese de uma PARTE deixar de cumprir com suas obrigações contratuais por um período maior do que 6 (seis) MESES.

CLÁUSULA 16 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ARBITRAGEM

16.1. O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES

deverão observar o seguinte procedimento:

16.2. ARBITRAGEM

16.2.1. Qualquer disputa ou reivindicação que surja em decorrência ou em conexão com este CONTRATO ou seu objeto ou formação, incluindo quaisquer questões relacionadas a sua existência, validade, interpretação, exequibilidade, quebra ou término, será resolvida final e exclusivamente pela arbitragem de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA em vigor à época da apresentação do requerimento pela PARTE interessada e com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, que deverá reger esta cláusula, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO.

16.2.2. A ARBITRAGEM será realizada na Cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, local onde a sentença arbitral será proferida, sem prejuízo da designação, pelo ÁRBITRO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, da realização de diligências e audiências em outras localidades que julgar apropriadas. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.2.3. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

16.2.4. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

i. Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- a) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
- b) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
- c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.

ii. Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

- a) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (“PRIMEIRO ÁRBITRO”).
- b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da NOTIFICAÇÃO da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO (“SEGUNDO ÁRBITRO”).
- c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
- d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO ou caso qualquer das PARTES falhe na indicação de seu ÁRBITRO conforme o procedimento acima, a indicação do ÁRBITRO faltante ficará a cargo da CÂMARA.

16.2.5. Na hipótese de o CONTRATO e as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.2.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será final e vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI. Todos os aspectos da arbitragem serão considerados confidenciais.

16.2.7. Os ÁRBITROS devem ser, quando da constituição do TRIBUNAL ARBITRAL, e durante todo o procedimento arbitral, independentes e imparciais. Uma vez indicado, um ÁRBITRO não pode ter qualquer comunicação direta com qualquer das PARTES da ARBITRAGEM a respeito da ARBITRAGEM ou qualquer disputa a ela relacionada, exceto nos estritos limites da seleção do terceiro árbitro nos termos desta Cláusula 16.

16.2.8. Na medida do permitido pela Lei nº 9.307/96 e pela LEI, e sujeito aos termos do item 16.2.10 (C) e (D), as partes da ARBITRAGEM renunciam expressamente ao direito de recorrer de qualquer decisão arbitral e da SENTENÇA ARBITRAL, bem como de resistir ao seu cumprimento perante qualquer tribunal competente do Poder Judiciário ou junto a qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL competente.

16.2.9. A existência e conteúdo do procedimento arbitral e de qualquer ordem ou SENTENÇA ARBITRAL serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses em que a divulgação seja permitida pela CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.

16.2.10. Não obstante o disposto nesta Cláusula, até a instituição do TRIBUNAL ARBITRAL ou da indicação do ÁRBITRO ÚNICO, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.

b) Até a instituição do TRIBUNAL ARBITRAL ou da indicação do ÁRBITRO ÚNICO, obter medidas cautelares de proteção de direitos (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) compatíveis com o regulamento de ARBITRAGEM ou com a Lei n.º 9.307/96, não sendo qualquer procedimento neste sentido considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM. Quaisquer tutelas concedidas ou denegadas pelo Poder Judiciário previamente à constituição do TRIBUNAL ARBITRAL nos termos deste item 16.2.10(B), deverão ser informados ao ÁRBITRO ÚNICO ou ao TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, assim que constituído. O ÁRBITRO ÚNICO ou o TRIBUNAL ARBITRAL poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a, ou ainda, se denegada, concedendo-a. Para dirimir quaisquer dúvidas, após a constituição do ÁRBITRO ÚNICO ou do TRIBUNAL ARBITRAL, somente a este caberá a apreciação e a concessão de tutelas de urgência. Não obstante a eventual manutenção da medida cautelar concedida pelo Poder Judiciário, o mérito da questão será decidido em ARBITRAGEM. As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo TRIBUNAL ARBITRAL não serão consideradas como atos de renúncia à ARBITRAGEM.

c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.

d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, somente nas hipóteses permitidas em LEI, incluindo a Lei nº 9.307/96 e tratado de arbitragem ratificado pelo Brasil.

16.3. Foro

Sem prejuízo desta cláusula compromissória, na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES elegem como foro competente o foro da Cidade São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S) (“PARTE NÃO CEDENTE”), o qual não poderá ser imotivadamente negado, observado o disposto no item 17.2 abaixo.

17.2. Para o consentimento a que se refere o item 17.1, é requisito essencial que o potencial cessionário demonstre reunir condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir integralmente as obrigações decorrentes da cessão sem que a PARTE NÃO CEDENTE venha a incidir em risco comercial maior que o originalmente assumido. Caberá à PARTE NÃO CEDENTE, mediante manifestação fundamentada, determinar se o cessionário reúne as condições necessárias à efetivação da cessão pretendida.

17.2.1. O cessionário deverá comprovar ter as condições necessárias para cumprir com o disposto na CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES, inclusive, mas não se limitando a, realização de uma Integrity Due Diligence (IDD) satisfatória para a outra PARTE considerando-se o escopo desde CONTRATO.

17.3. Em caso de cessão autorizada na forma desta Cláusula, a PARTE cedente ("PARTE CEDENTE") transferirá efetivamente à cessionária, no todo ou em parte, os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO.

17.4. As PARTES comprometem-se a, atendidos os requisitos anteriormente dispostos nesta Cláusula, formalizar todo e qualquer consentimento e outros documentos necessários à cessão, conforme solicitado, bem como a prestar assistência mútua razoável para a formalização de qualquer cessão.

17.5. A PARTE CEDENTE deverá manifestar sua intenção mediante NOTIFICAÇÃO à PARTE NÃO CEDENTE.

17.5.1. No prazo de 60 (sessenta) DIAS seguintes à data do recebimento da NOTIFICAÇÃO a que se refere o item 17.5 acima, a PARTE NÃO CEDENTE deverá conceder sua autorização ou justificar sua recusa nos termos do item 17.2. A falta de manifestação formal em contrário no prazo estipulado será considerada, para todos os fins, como plena concordância da PARTE NÃO CEDENTE com a cessão proposta.

17.5.2. Caso a PARTE NÃO CEDENTE recuse injustificadamente a cessão ou caso a PARTE CEDENTE considere que a justificativa apresentada pela PARTE NÃO CEDENTE para recusar a cessão proposta não é procedente, a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO será considerada como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita, incluindo e-mails, que ofereça garantia de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

a) VENDEDORA

Rua do Russel, 804, 3º andar – Glória – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22.210-010
A/C: Claudia Brun
C/C: Nicole Potz
Telefone: +55 (21) 3479-9880
e-mail – cbrun@equinor.com / npot@equinor.com

b) COMPRADORA

Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-924
A/CI: Gerência de Regulação e Aquisição de Gás compradegas@gasmig.com.br

18.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, comunicação eletrônica com confirmação de recebimento, automática ou manual, desde que realizadas entre as centrais operacionais das

PARTES, conforme a seguir:

a) VENDEDORA

Rua do Russel, 804, 3º andar – Glória – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22.210-010

Telefone: +55 (21) 99774-7125

Plantão Emergencial: +55 (21) 99774-7125

Correios eletrônicos (e-mails): gm_bragasops@equinor.com; mavr@equinor.com; flaz@equinor.com

b) COMPRADORA

Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar – CEP 30.190-924 – Belo Horizonte/MG

A/C: Gerência de Operação e Manutenção e Gerência de Regulação e Aquisição de Gás

Fone: (31) 3265-1000

Plantão Emergencial: 117

Fax: (31) 3265-1101.

Correios eletrônicos (e-mails):

- Comercial: compradegas@gasmig.com.br

- Operação: gasmig-cos@gasmig.com.br

- Medição: medfat@gasmig.com.br

- Qualidade: gasmig-qualidade@gasmig.com.br

18.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, conforme acordado entre as Partes.

CLÁUSULA 19 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As PARTES obrigam-se, a partir do primeiro contato entre as PARTES a respeito do CONTRATO, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações, e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO e de qualquer tratativa entre as PARTES, ainda que pré-contratual, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos diretos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE. Em nenhuma hipótese as PARTES serão responsabilizadas por perdas

e danos indiretos e lucros cessantes.

19.4. As seguintes informações compartilhadas pela PARTE divulgadora não são consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS para os fins desta cláusula DEZENOVE e podem, portanto, ser compartilhadas com terceiros sem a necessidade de autorização da outra PARTE:

- (a) sejam ou se tornem disponíveis ao público sem violação a este CONTRATO e sem culpa, direta ou indireta, da PARTE recipiente ou de suas AFILIADAS e sem a violação de qualquer dever de confidencialidade entre terceiros e a PARTE divulgadora,
- (b) possam ser demonstradas, através de documentação, que eram de conhecimento da PARTE recipiente ou de suas AFILIADAS antes de seu recebimento da PARTE divulgadora e que não foi adquirida, diretamente, da PARTE divulgadora, nem de terceiros com dever de confidencialidade perante a PARTE divulgadora,
- (c) sejam recebidas de um terceiro desde que tal terceiro não tenha adquirido tais informações direta ou indiretamente da PARTE divulgadora e cuja divulgação não represente uma violação de qualquer dever de confidencialidade, e
- (d) possam ser demonstradas, através de documentação, que tenham sido desenvolvidas ou adquiridas de forma independente pela PARTE recipiente ou sua AFILIADA sem referência ou com base em quaisquer informações divulgadas pela PARTE divulgadora.

19.5 Observado o disposto no item 19.4, a PARTE receptora não poderá divulgar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS recebidas nos termos deste CONTRATO sem o prévio consentimento da PARTE DIVULGADORA, exceto que não será necessário consentimento prévio para divulgação nas seguintes situações:

- (a) diretores e empregados de cada PARTE, bem como suas AFILIADAS;
- (b) consultores, agentes e outras pessoas profissionalmente contratadas por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS, desde que essas pessoas sejam obrigadas por essa PARTE a se comprometer a manter a confidencialidade dessas informações em termos ao menos tão restritos quanto os desta cláusula, e desde que as informações passadas sejam necessárias para a atividade;
- (c) qualquer instituição de crédito ou financeira em função do financiamento das operações dessa PARTE, mas somente na medida em que for necessário para a obtenção e manutenção de financiamento, sendo que essa instituição deverá ser submetida às obrigações decorrentes das disposições sobre confidencialidade, iguais às especificadas nesta cláusula;
- (d) qualquer pessoa que tenha interesse legítimo na aquisição, através de compra ou permuta dos direitos e participações de uma PARTE neste CONTRATO ou no CONTRATO DE CONCESSÃO e, na medida em que esse cessionário potencial concorde primeiramente em submeter-se às disposições sobre confidencialidade especificadas nesta cláusula.
- (e) por determinação judicial, arbitral, legal e/ou determinação de órgão público competente em relação à PARTE ou suas AFILIADAS, nos limites de tal

obrigação, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a revelação de tais informações, devendo, ainda, quando possível, requerer segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, não sendo neste caso responsável por eventual quebra de sigilo ou divulgação que tal autoridade venha a fazer de tal informação; e

- (f) para qualquer órgão público, nos limites do que for exigido por LEI.

CLÁUSULA 20 – NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA 21 – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Com relação à negociação, celebração e execução das transações previstas no CONTRATO, incluindo as atividades relativas ao presente CONTRATO:

- i. Cada PARTE, declara, garante e se compromete que ela, suas Afiliadas e seus Representantes não realizaram, não prometeram, não ofereceram, nem autorizaram, direta ou indiretamente, bem como se comprometem a não realizar, não prometer, não oferecer nem autorizar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente, entretenimento, viagem, promessa ou qualquer vantagem, seja direta ou indiretamente, para o uso ou benefício, direto ou indireto, de qualquer autoridade ou funcionário público, de acordo com o definido no art. 327, caput, § 1º e 2º, do Código Penal Brasileiro, partido político, autoridade de partido político, candidato a cargo eletivo, ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal pagamento, oferta, presente, promessa, entretenimento, viagem, ou qualquer outra vantagem, constituir violação Leis Anticorrupção;
- ii. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela, suas Afiliadas e seus Representantes não pagaram nem pagarão, seja direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos às outras Partes, Afiliadas das outras Partes ou seus administradores, empregados, representantes e agentes, bem como que não ofereceram nem oferecerão, não prometeram nem prometerão, não autorizaram nem autorizarão, não entregaram nem entregarão à outras Partes, Afiliadas das outras Partes ou seus Representantes, qualquer presente ou entretenimento de custo ou valor significativo de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão;
- iii. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela, suas Afiliadas e seus Representantes não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição movimentação e propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei n.º 9.613/98 e demais Leis.

- iv. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará consultor, agente ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente Contrato ou em qualquer assunto a ele relacionado, quando a utilização de tal consultor, agente ou intermediário faça com que a Parte viole os compromissos assumidos neste item ou quando as ações de tal consultor, agente ou intermediário caracterizem qualquer infração deste item;
- v. Cada PARTE declara e garante que:
 - a. possui e cumpre suas políticas e procedimentos vigentes destinados a promover uma cultura de integridade em seus negócios em observação às Leis Anticorrupção; e
 - b. informou a seus Representantes acerca de suas obrigações e compromissos em relação às Leis Anticorrupção;
- vi. Cada PARTE se compromete a:
 - a. responder prontamente e detalhadamente a qualquer solicitação fundamentada das outras Partes relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas neste item;
 - b. fornecer prontamente o suporte documental razoável à sua resposta, incluindo documentos que demonstrem que a Parte está cumprindo com as obrigações assumidas neste item; e
 - c. informar prontamente à outra PARTE sobre a instauração e andamento de qualquer investigação, processo administrativo ou judicial iniciado por uma Autoridade Governamental relacionado a uma alegada violação das mencionadas Leis Anticorrupção ou para apuração de prática dos atos ilícitos descritos neste item imputados à respectiva Parte, suas Afiliadas e seus Representantes. As Partes enviarão todos os esforços para manter as outras Partes informadas quanto ao progresso e ao caráter de tais investigações ou procedimentos, devendo fornecer todas as informações que venham a ser solicitadas pelas outras Partes. O presente item não implica obrigação ou compromisso da Parte de fornecer informações que estiverem protegidas por sigilo legal. As obrigações previstas neste item permanecerão em vigor mesmo após o término do Contrato;
- vii. Cada PARTE deverá:
 - a. desenvolver e manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas neste item;
 - b. elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à referida Parte;
 - c. elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da referida Parte, de forma que reflitam correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável os seus ativos e os passivos;
 - d. manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 7 (sete) anos após o término da vigência do Contrato Definitivo, e
 - e. cumprir as Leis;
- ix. Cada PARTE reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita para ela ou seus Representantes.
- x. Cada PARTE fornecerá declaração, sempre que solicitado pela outra PARTE, no sentido de que vem cumprindo com as obrigações previstas neste item.
- xi. Cada PARTE declara e garante por si e por suas Afiliadas e seus Representantes

que cumpriram e cumprirão com as medidas restritivas impostas por Leis, regulamentos, decretos ou outras regras implementadas pela União Europeia, Reino Unido, Brasil, Nações Unidas ou Estados Unidos da América relacionados a sanções econômicas, controles de comércio exterior, controles de exportação, antiterrorismo ou leis similares. Nada no Contrato se destina, ou deve ser interpretado como exigindo ou induzindo uma Parte a agir de qualquer maneira ou executar, qualquer obrigação exigida pelo Contrato (incluindo a obrigação de (i) executar, entregar, aceitar, vender, comprar, pagar ou receber dinheiro para, de ou através de uma pessoa ou entidade, ou (ii) envolver-se em quaisquer outros atos) se isso viola, é inconsistente, penalizado ou proibido por, ou expõe essa Parte a medidas punitivas sob as Leis Anticorrupção ou sanções internacionais aplicáveis a essa Parte. Na medida em que uma Parte se encontrar incapaz de executar alguma atividade em decorrência desta cláusula, a Parte deverá, assim que possível, notificar por escrito as outras Partes de sua incapacidade de fazê-lo, incluindo qualquer documentação factual relevante. As Partes concordam em trabalhar de boa-fé para avaliar e implementar quaisquer medidas mitigadoras razoáveis em conformidade com as Leis Anticorrupção e/ou sanções internacionais.

21.2. Cada PARTE declara e garante, ainda, que ela e os membros do seu Grupo cumpriram e cumprirão o regime de eventuais embargos e SANÇÕES internacionais que lhes for aplicável, incluindo as LEIS que dispõem sobre a execução, no território nacional, de SANÇÕES eventualmente aplicadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

21.2.1. Cada PARTE declara e garante que, na performance das atividades deste CONTRATO, irá cumprir com todas as SANÇÕES e LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES. A COMPRADORA declara e garante ainda que nenhuma das seguintes pessoas é listada em UMA LISTA DE SANÇÕES: (a) ela própria, (b) seus diretores e conselheiros, e (c) qualquer indivíduo, governo, sociedade empresária, organização ou outra entidade que, direta ou indiretamente, seja proprietário de 50% ou mais de suas quotas ou ações ou, de qualquer outra forma, controle a PARTE.

21.3. Cada PARTE deverá executar o Contrato de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (2011) (os UNGPs). Para este efeito, cada PARTE deverá realizar a devida diligência para identificar, abordar e, quando apropriado, remediar impactos adversos aos Direitos Humanos de acordo com os UNGPs.

21.3.1. Cada PARTE deverá:

- a) proibir e garantir que sua contratada não empregue ou use qualquer forma de trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as Piores Formas de Trabalho Infantil ("Escravidão Moderna"), e tomar as medidas apropriadas para garantir que não haja nenhuma forma de Escravidão Moderna empregada ou usada em seus negócios ou em suas cadeias de suprimentos;
- b) garantir que nenhuma pessoa empregada ou contratada pela PARTE em conexão com a execução do Contrato (um "Trabalhador") pague quaisquer taxas de qualquer tipo, incluindo encargos, custos, impostos, depósitos, comissões ou obrigações financeiras (como depósitos e/ou títulos) que estejam associados ao processo de recrutamento, ou qualquer taxa de elegibilidade de emprego, independentemente da hora, forma ou local de imposição ou cobrança da taxa ("Taxas de Recrutamento");
- c) ser capaz de demonstrar que todas as Taxas de Recrutamento foram pagas pela

PARTE e não foram pagas pelo Trabalhador; e

d) não reter documentos de identidade, documentos de viagem ou autorizações de trabalho como condição de emprego.

21.3.2. Cada PARTE notificará imediatamente qualquer instância ou motivo para suspeitar de ESCRAVIDÃO MODERNA, PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL ou trabalho infantil na força de trabalho da PARTE ou de sua cadeia de suprimentos.

21.4. Cada PARTE deve tomar todas as medidas necessárias para se assegurar que a declaração e o compromisso contidos nesta Cláusula são verdadeiros, tanto (a) quando da celebração deste CONTRATO e (b) durante toda sua vigência e, em caso de descumprimento, NOTIFICAR a outra PARTE imediatamente do ocorrido.

21.5. Sem prejuízo de outros direitos e compensações que uma PARTE tenha em caso de violação ao disposto nesta Cláusula, tal descumprimento pela outra PARTE será considerada uma quebra material deste CONTRATO e tem a PARTE o direito de terminar este CONTRATO através do envio de uma NOTIFICAÇÃO nos termos deste CONTRATO.

21.6. Cada PARTE (a “Parte Indenizadora”) deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE (a “Parte Indenizada”) isenta de todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, penalidades, custos e despesas decorrentes diretamente resultantes de qualquer violação desta cláusula ou das SANÇÕES, LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES, LEIS ANTICORRUPÇÃO ou dos DIREITOS HUMANOS pela Parte Indenizadora, suas Afiliadas ou seus administradores, empregados, Representantes e agentes.

21.7. Nada neste CONTRATO pode exigir que uma PARTE tome ou deixe de tomar qualquer atitude que possa prejudicá-la devido a aplicação das SANÇÕES, LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES, LEIS ANTICORRUPÇÃO ou dos DIREITOS HUMANOS.

CLÁUSULA 22 – GARANTIAS

22.1 A COMPRADORA deverá comprovar a qualidade de seu crédito, que será analisado pela VENDEDORA seguindo suas diretrizes de avaliação de crédito.

22.1.1 Sempre que solicitado, a COMPRADORA encaminhará à VENDEDORA, em até 10 (dez) DIAS, os demonstrativos contábeis legais, bem como quaisquer outras informações que permitam a VENDEDORA efetuar a análise da estrutura econômico-financeira da COMPRADORA.

22.1.2 Com base na análise da estrutura econômico-financeira, a VENDEDORA determinará o respectivo limite de crédito corporativo para a COMPRADORA.

22.2 Caso a qualidade do crédito apresentada pela COMPRADORA esteja dentro dos limites aceitáveis pela VENDEDORA, será concedido limite de crédito corporativo pela VENDEDORA para a COMPRADORA.

22.3 Caso o limite de crédito corporativo concedido pela VENDEDORA, conforme esta Cláusula, seja inferior ao valor requerido de garantia de pagamentos, a COMPRADORA obriga-se a instituir garantia de pagamentos conforme item 22.4., descontando-se da garantia de pagamentos o montante concedido de limite de crédito corporativo descrito no item 22.2.

22.3.1 O limite de crédito corporativo será revisto anualmente ou em periodicidade inferior, a critério da VENDEDORA.

22.3.2 O valor requerido de garantia de pagamentos é resultado do produto de (i) 60 (sessenta) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA DO CONTRATO pelo (ii) PREÇO DO GÁS (PG).

22.4 Observado o disposto no item 22.3., a COMPRADORA deverá oferecer à VENDEDORA uma das garantias de pagamento descritas abaixo em montante correspondente a diferença entre o valor requerido de garantia de pagamentos e o limite de crédito corporativo:

- a) realização de depósito de recursos em conta em nome da VENDEDORA
- b) apresentação de Carta de Fiança Bancária, emitida em favor da VENDEDORA, por uma instituição financeira com sede no Brasil, com prazo de vigência de pelo menos 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, para assegurar o pagamento dos valores devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos do presente CONTRATO, com exceção das verbas rescisórias previstas na CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, e que possua:
 - i. classificação em escala global de longo prazo igual ou superior a B+ pela Standard & Poors; ou
 - ii. classificação em escala local de longo prazo igual ou superior a brBBB+ pela Standard & Poors.
- c) constituição de qualquer outra GARANTIA DE PAGAMENTOS que seja formalmente aceita pela VENDEDORA
- d) a combinação de 2 (duas) ou mais GARANTIAS DE PAGAMENTOS dentre as previstas nas alíneas acima.

22.5 Caso a instituição financeira deixe de atender ao requisito de instituição de primeira linha, a COMPRADORA deverá oferecer uma nova garantia financeira à VENDEDORA, no prazo de 15 (quinze) dias.

22.6 Em caso de inadimplemento pela COMPRADORA das obrigações de pagamento descritas neste CONTRATO, a VENDEDORA poderá, no 11º (décimo primeiro) DIA imediatamente após a respectiva data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, executar a GARANTIA DE PAGAMENTOS eventualmente ofertada nos termos do item 22.4., no valor correspondente ao montante não pago do DOCUMENTO DE COBRANÇA, incluindo o multa, penalidades, indenizações e verbas rescisórias, acrescido dos ENCARGOS MORATORIOS, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos pelo banco garantidor da GARANTIA DE PAGAMENTOS.

22.7 Na hipótese da execução das garantias de pagamentos descritas nas alíneas a) e d) do item 22.4, a COMPRADORA deverá restabelecer o valor inicial das garantias de pagamentos, nos termos do item 22.2., no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução das garantias de pagamentos.

22.8 Caso haja inadimplemento da COMPRADORA relativamente a sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da

GARANTIA DE PAGAMENTOS, a VENDEDORA, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de GÁS, observando o prazo previsto na CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.

CLÁUSULA 23 – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

23.1.1 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.1.2 Na hipótese do item 23.1.2., as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

23.1. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

23.2. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- a. Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- b. As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- c. A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.
- d. Cada PARTE obteve todas as licenças necessárias e dispõe, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, a capacidade de cumprir as suas obrigações dispostas neste CONTRATO.

23.3. Completude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto, em particular os documentos referentes aos procedimentos de chamada pública e das propostas nela apresentadas.

23.4. Valor do CONTRATO.

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 402 milhões (quatrocentos e dois milhões de reais).

CLÁUSULA 24 – PRIVACIDADE DOS DADOS


24.1. As PARTES se obrigam a atender às LEIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, comprometendo-se, quando aplicável, a captar, processar (interna ou externamente), conservar e tratar os DADOS PESSOAIS para o estrito cumprimento do presente CONTRATO. Deverão as PARTES tomar os cuidados que tomariam para a proteção de seus próprios dados. Os referidos dados apenas serão disponibilizados ou transferidos, no todo ou em parte, para o propósito de negociação ou execução deste CONTRATO, assim como na forma da LGPD, incluído, em decorrência de obrigação legal; quando for necessário ao cumprimento de determinação judicial ou autoridade regulatória; e em processo judicial ou procedimento arbitral para a defesa dos interesses da PARTE. Para os fins desta cláusula “DADOS PESSOAIS” significa qualquer informação relacionada a um indivíduo identificado ou identificável.


CLÁUSULA 25 – CONCORDÂNCIA DAS PARTES


25.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

25.2. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, e a assinatura eletrônica, por meio do sistema DOCUSIGN, ambas válidas e hábeis para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados digital, eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Rio de Janeiro, [a data deste CONTRATO corresponde àquela da última assinatura, conforme certificado de assinatura eletrônica].

 RGY DO BRASIL LTDA

 *Claudia Barrozo Brun*

Claudia Brun
 te de Novas Cadeias de
Valor

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

Assinatura Eletrônica
22/12/2023 19:57 UTC

BRy

Gilberto Moura Valle Fo.

Gilberto Moura Valle Filho
GILBERTO MOURA VALLE FILHO
Diretor Presidente

Assinatura Eletrônica
22/12/2023 14:15 UTC

BRy

Rodrigo Sôlha Pazzini de Freitas

Rodrigo Sôlha Pazzini de Freitas
Rodrigo Solha Pazzini de Freitas
Diretor Comercial

TESTEMUNHAS:

Assinatura Eletrônica
22/12/2023 14:13 UTC

BRy

Lucas de Carvalho Gomes

Nome: Lucas de Carvalho Gomes

LUCAS DE CARVALHO GOMES

Assinatura Eletrônica
22/12/2023 17:49 UTC

BRy

Nicole Potz

Nome: Nicole Potz

NICOLE POTZ

Assinatura Eletrônica
22/12/2023 19:08 UTC

BRy

De acordo.

Lucas Pimenta de Figueiredo Brito

Anexo I – Lista de PONTOS DE ENTREGA

O PONTO DE ENTREGA será no SISTEMA DE MEDIÇÃO do ponto de saída do SISTEMA DE TRANSPORTE do TRANSPORTADOR, conforme ponto a seguir definido:

PONTOS DE ENTREGA	Gasoduto	Município	Latitude	Longitude
MG1 MG3	NTS			

O PONTO DE ENTREGA e o local de transferência de propriedade e custódia do GÁS NATURAL da VENDEDORA para a COMPRADORA será na última válvula ou flange do SISTEMA DE MEDIÇÃO do TRANSPORTADOR na saída do SISTEMA DE TRANSPORTE.

Anexo II – Modelo de NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

DATA	
NÚMERO	

	COMPRADORA	VENDEDORA
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		
EMAIL		

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	
PERÍODO DE FORNECIMENTO	
QDCA (m³/dia) ou QDCI (m³/dia)	
PG	
PONTO DE ENTREGA	

PROVISÕES ADICIONAIS